

“CIDADES MORTAS” E A ZONA DA MATA MINEIRA: TERRITÓRIOS EM TRANSIÇÃO

Francisco de Assis Penteado Mazetto
Professor Associado do Departamento de Geociências
Universidade Federal de Juiz de Fora
franciscoppm@bol.com.br

Wilton Dias Cordovil
Mestrando do Programa de Pós-Graduação do Curso de Geografia
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – geowilcorufjf@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo, promover a análise, interpretação e discussão de informações obtidas através do levantamento de dados históricos à cerca do processo de ocupação do espaço promovido pelos diferentes ciclos econômicos do capitalismo e sua materialização sobre o território, especificamente na zona da Mata Mineira. Busca-se, interpretar o fenômeno urbano como um conjunto de eventos que se desdobram e materializa-se no espaço assumindo territorialidades específicas, fruto do processo de acumulação produtiva do capital durante a evolução histórica das cidades. Destaca-se que esse processo não se diferenciou do ocorrido no interior de São Paulo e Vale do Paraíba. Sendo possível criar análises compatíveis com as diferentes áreas. Pretende-se compreender as relações que levaram algumas cidades da Zona da Mata Mineira a ocupar posição de destaque no passado, e os motivos do declínio e estagnação econômica desses centros urbanos outrora polarizadores. Quando citamos “Cidades Mortas”, não buscamos o reducionismo para definir o uso e ocupação atual dos centros urbanos, nem muito menos desprezamos sua importância histórica; buscamos sim, promover referência ao abandono e esquecimento dos centros urbanos que em outrora eram polarizadores e centralizadores das relações políticas econômicas e sociais. Para tanto, buscou-se identificar as cidades que polarizavam as relações dentro do modelo agro-exportador do café no final do século XIX, articulando-as com suas atuais características.

Palavras-chave: Cidades Mortas, modo de produção capitalista, ciclos econômicos, Espaço e Território.

RESUMEN:

El presente trabajo tiene como objetivo promover el análisis, interpretación y discusión de la información obtenida a través del análisis de datos históricos sobre el proceso de ocupación del espacio promovido por los diferentes ciclos económicos del capitalismo y su materialización en el territorio,

especificamente en el área de la Selva Minería. Se trata de interpretar el fenómeno urbano como un conjunto de eventos que se desarrollan y se materializan en el espacio asumiendo la territorialidad específica, debido al proceso de acumulación de capital productivo en la evolución histórica de las ciudades. Cabe destacar que este proceso no era diferente de lo que ocurrió en São Paulo y el Valle de Paraíba. Si es posible crear analiza compatible con las diferentes áreas. El objetivo es comprender las relaciones que han llevado a algunas ciudades de la Zona da Mata Mineira a ocupar un lugar destacado en el pasado y las razones de la decadencia y el estancamiento de las ciudades anteriormente polarizadores. Cuando se habla de "ciudades muertas", el reduccionismo no se trata de definir el uso actual y la ocupación de los centros urbanos, y mucho menos despreciar su importancia histórica, sino que buscamos promover referencia al abandono y el descuido de los centros urbanos que había en los polarizadores y centralizadores las relaciones y la política social. Con este fin, hemos tratado de identificar las ciudades que las relaciones polarizadas en el modelo agro-exportador de café en el siglo XIX, relacionándolos con sus características actuales.

Palabras clave: ciudades muertas, el modo capitalista de producción, los ciclos económicos, espacio y territorio.

Introdução:

A zona da mata mineira é uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais, composta por 142 municípios agrupados em sete microrregiões. Localiza-se na porção sudeste do Estado estabelece divisa com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Historicamente, foi explorada por bandeirantes no século XVII, porém, os povoamentos mais expressivos começam a surgir no século XVIII, geralmente localizados as margens do Caminho Novo. Esta ocupação, a princípio, se deu de forma tímida, tendo em vista a proibição por parte da coroa portuguesa em ocupar terras da região então chamada "sertões do leste". A restrição se dava devido à condição de concentração do transporte de metais preciosos, provenientes da região aurífera, destino a capital da colônia. Sem dúvida, essa política restritiva se manifestou pela necessidade de controlar a produção e evitar o desvio de cargas, pertencente a Coroa Portuguesa.

Essa condição, a princípio, condicionou a ocupação tardia da região, sendo esta iniciada a partir dos entrepostos localizados no percurso do caminho novo. Após o declínio da mineração aurífera, observou-se o

desenvolvimento de duas novas correntes produtivas no estado. A primeira trata do próprio processo de sedentarização dos grupos sociais que se apresentavam envolvidos no processo de mineração; esse processo fortaleceu o desenvolvimento de uma agricultura voltada a atender as demandas locais e acima de tudo, suprir um novo mercado consumidor, o da coroa portuguesa na província do Rio de Janeiro.

A segunda corrente atende pelo crescimento e expansão do café na zona da mata mineira.

Para que possamos analisar essa evolução histórica da economia mineira, optamos pelos textos de Francisco Iglesias (1973), que assim descreve a evolução da economia mineira:

- **1693 a 1770**, em que predominou a atividade da mineração, nas suas três fases: surgimento, esplendor e declínio;
- **1770 a 1830**, com a decadência das minas, o abandono da atividade mineradora e a expansão geográfica da capitania, com o surgimento das fazendas de criação de gado e de lavoura;
- **1830 a 1939**, período em que a economia se baseou predominantemente na agricultura;
- **1939 aos dias atuais**, quando a economia se diversificou, tomando o rumo da industrialização. (Iglésias, 1973).

Dessa forma, o primeiro período caracterizou-se pela mineração, onde a ocupação da zona da mata mineira era proibida pela coroa e a região era cortada pelo caminho novo, que ligava o Rio de Janeiro a região produtora. Durante a segunda fase, destaca-se o desenvolvimento da agricultura que resultou em expansão geografia sentido zona da mata e crescimento das fazendas de agricultura e criação de gado. Nessa fase, a zona da mata assume papel importante, pois agrega o café como produto principal, atraindo fluxos financeiros e condicionando a acumulação de capital que mais tarde proporcionou o surto industrial precoce da região.

A chegada e fixação da coroa Portuguesa na colônia em 1808, alterou significativamente a dinâmica econômica e política da área. Impulsionou a produção de gêneros alimentícios, transformando o Rio de Janeiro no principal pólo receptor desses produtos. Assim, a zona da mata começa a se

desenvolver, produzindo e incorporando as demandas provenientes da coroa portuguesa.

A partir de 1830, o café inicia sua expansão a partir do vale do Paraíba fluminense, alcançando a zona da mata mineira. Esta região constituiu-se na principal área produtora do Estado, assumindo papel significativo na dinâmica econômica, transformando-se em pólo de atração de investimentos e acumulação de capitais. Assim também, atraindo fluxos migratórios que contribuíram para o fortalecimento dos centros locais e a proliferação das vilas, que posteriormente originaram as cidades.

O desenvolvimento dessa produção fez suscitar a necessidade de criação de rotas de escoamento que possibilitassem o acesso do produto ao mercado. Assim, observo-se no período o crescimento da malha viária e ferroviária, que também promoveu e intensificou o processo de adensamento populacional da região.

Para Pires (1993) existiu uma espécie de “causação circular”: entre a expansão da malha viária e a expansão da cafeicultura, onde a primeira provocava e estimulava o crescimento da segunda – pela diminuição dos custos e maior eficiência dos transportes, com conseqüente ampliação das margens de lucro – e esta gerava os recursos que permitiam o crescimento da primeira. (PIRES. 1993: 100)

O desenvolvimento da cafeicultura na zona da mata mineira ocorre da seguinte forma; em um primeiro momento observou-se que a cultura cafeeira se desenvolveu na porção sul, junto ao limites do estado do Rio de Janeiro; posteriormente, a partir de 1860, expande sua área de plantio que é incentivada por intervenções viárias que promovem a ligação e comunicação das diferentes áreas produtoras. Fato esse exemplificado com a chegada da malha ferroviária na década de 1870 e o posteriormente com o implemento de equipamentos viários tais como a estruturação da rodovia União & Indústria, demonstrando a dinamização da economia local e o início incipiente da centralização urbano-regional que proporcionou mais tarde a definição da cidade de Juiz de fora, como pólo regional.

O desenvolvimento e a consolidação do sistema viário, permitiu que a cidade de Juiz de Fora, se transformasse no principal centro armazenador de café da zona da mata, a partir de 1860, com a inauguração da rodovia União & Indústria. Isto posto, todo o café produzido naquela região era levado para aquela cidade e, dali, encaminhado para o porto do Rio de Janeiro. Com isso, Juiz de fora se constituiu num centro comercial de vulto, refletindo seu crescimento econômico imediatamente no processo de urbanização

da cidade, no aumento da população, inclusive tornando-se receptora de imigrantes, na arrecadação municipal e, na ampliação do setor de mercado interno. (GIROLETTI, 1988: 47).

O capital acumulado nessa cidade proporcionou o desenvolvimento de surto industrial que se constituiu em mais um elemento de atração e concentração regional. Assim permaneceu com seu período de crescimento acelerado de 1890 a 1930, quando a crise internacional aliado a diminuição do valor do produto no mercado internacional, forçou a região a colocar-se em nova posição frente a mudança dos fluxos econômicos.

Todas as cidades da zona da mata polarizadas pela influência da cidade de Juiz de Fora sentiram consideravelmente os efeitos da crise. A supressão do modelo produtivo, o abandono do campo de café e a supressão da economia voltada ao mercado externo promoveram um forte impacto a economia regional. Cidade que até então respiravam os ares da aristocracia colonial e escravista, viram-se submetidas a nova ordenação, a qual seu principal produto não mais tinha valor no mercado. Nesse momento as cidades de menos dinamismo, começaram a morrer.

Busca-se aqui, promover a análise, interpretação e discussão de informações obtidas através do levantamento de dados históricos à cerca do processo de ocupação do espaço promovido pelos diferentes ciclos econômicos do capitalismo e sua materialização sobre o território, especificamente na Zona da Mata Mineira.

Objetivos:

O termo então, “Cidades Mortas”, visa definir o conjunto de cidades da zona da mata mineira que, durante determinado período histórico, assumiram relevância econômica, política e social; porém com o desenrolar do séc XX, não se constituíram em centros expressivos devido a sua forte dependência do setor primário fundamentado no cultivo do café. Busca-se dessa forma, interpretar o fenômeno urbano como um conjunto de eventos que se desdobram e materializa-se no espaço assumindo territorialidades específicas, fruto do processo de acumulação produtiva do capital durante a evolução histórica das cidades, principalmente, dentro da Zona da Mata Mineira. Lembramos também, que esse processo não se diferenciou do ocorrido no

interior de São Paulo e Vale do Paraíba. Sendo possível criar análises compatíveis com as diferentes áreas.

Metodologia

Para tanto, estabelecemos metodologia de análise a qual busca levantar subsídios para o estudo; A análise histórico-geográfica da região assim como sua contextualização frente ao processo de ocupação regional e nacional materializa-se como elemento imprescindível à elaboração da pesquisa. A falência do modelo agro-exportador de café, o processo de libertação dos escravos, a chegada de trabalhadores imigrantes e o aporte de recursos Federais a estruturação fabril, principalmente têxtil, promoveram a base para o deslocamento do eixo de concentração do capital, deixando profundas marcas sobre o espaço. O Capital assim constrói e destrói espaços, culturas, histórias, identidades de uma sociedade coletiva que a cada dia firma-se como urbana. O abandono da herança cultural e da memória é fruto da incorporação do modo de vida urbano do capitalismo tardio, que não pode ou não quer ligar a existência do indivíduo àquilo que é “velho” ou “ultrapassado”, promovendo, acima de tudo, o esquecimento as origens.

O levantamento quantitativo e qualitativo dos dados referentes a cidades da região também contribuiu para a interpretação dos resultados tendo em vista a materialização numérica e confirmação dos fluxos migratórios de evasão regional, desconcentração industrial e hipertrofia do setor terciário sediado principalmente em modelo de polarização regional diante do esvaziamento econômico da periferia.

A revisão bibliográfica e a realização de visitas técnicas também contribuíram significativamente para apuração de dados para a pesquisa. Buscou-se assim, compreender as relações que levaram algumas cidades da Zona da Mata Mineira a ocupar posição de destaque e os motivos do declínio e estagnação econômica dos centros urbanos outrora polarizadores.

Cidades Mortas:

Partimos do princípio de que o espaço urbano apresenta-se sempre em transformação, independente do momento histórico do capitalismo. Esse fato é condicionado pela maneira como o capital se articula com as condições econômicas e sociais de cada região por ele incorporada em seu processo de produção da mais-valia. Dessa forma, a construção e reconstrução do espaço passam pela definição de prioridades que atendam ao sistema produtivo capitalista.

Quando citamos “Cidades Mortas”, não buscamos o reducionismo para definir o uso e ocupação atual dos centros urbanos, nem muito menos desprezamos sua importância histórica; buscamos sim, promover referência ao abandono e esquecimento dos centros urbanos que em outrora eram polarizadores e centralizadores das relações políticas econômicas e sociais. Para tanto, buscou-se identificar as cidades que polarizavam as relações dentro do modelo agro-exportador do café no final do século XIX, articulando-as com suas atuais características.

A reestruturação produtiva do capital, promovida principalmente no decorrer do século XX, diante de crises por ele mesmo alimentadas, induziu as adequações espaciais das atividades econômicas que influenciaram diretamente na distribuição da população sobre o espaço. Determinadas cidades garantem sua sobrevivência econômica, social e política quando atendem a uma série de prerrogativas determinadas pelo modo capitalista de produção, mesmo que esse movimento custe à cidade o aumento de sua área não urbanizada ou a depreciação das condições de vida de sua população. O capital então atua como estruturador do espaço, construindo-o e desconstruindo-o, além de a todo tempo, atribuir-lhe maior ou menor valor ou importância.

Dessa forma, as condições atuais de como o espaço se estrutura são condicionadas pelo anterior, conforme podemos observar na citação de Santos (1992): “A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente,

da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade.” (p.49).

Assim sendo, Cidades Mortas constituem-se no reflexo do período de transição promovida pela crise internacional que afetou o preço do café. Monteiro Lobato, em suas obras, já descrevia a alteração das condições econômicas de pequenas cidades. Fica claro que nosso objetivo é lançar mão de um recurso literário para melhor definir e relatar as condições das cidades que tiveram seu desenvolvimento interrompido pela crise do café. Em sua obra, “cidades mortas”, descreve de forma clara os efeitos da reordenação e reestruturação produtiva do capital. Reflete em sua trabalho a situação nacional, o estilo devida do homem interiorano e as relações entre os fazendeiros e a produção das cidades.

“Em tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas dantes”
Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça;...
O requinte dos casarões, berço de famílias fidalgas, são agora palácios mortos da cidade morta...
Da geração nova, os rapazes debandam cedo, quase meninos ainda; só ficam as moças – sempre fincadas de cotovelo à janela, negaceando um marido que é um mito em terra assim, donde os casadouros fogem. (LOBATO, 1950)

Essas colocações nos dão idéia do processo de recrudescimento ao qual a pequena cidade passou a estar inserida. Porém, notamos também que esse processo de orientação e hierarquização urbana é, de certa forma, natural ao processo produtivo imposto pelo capitalismo, que define, modifica, molda, absorve, constrói e desconstrói espaços.

Para Milton Santos:

O espaço urbano apresenta-se sempre em transformação, independente do momento histórico do capitalismo. Esse fato é condicionado pela maneira como o capital se articula com as condições econômicas e sociais de cada região por ele incorporada em seu processo de produção da mais-valia. (SANTOS, 1978)

Esses eventos de ordenação de definição das prioridades espaciais do capital dentro do sistema produtivo promovem a delimitação dos eixos de desenvolvimento econômico, definindo o sentido do fluxo de capital. A definição do grau de importância de cada centro dentro da dinâmica produtiva do capital é materializada pela relação de dependência e influência de cada cidade. Assim, LEFEBVRE descreve a dependência estabelecida entre as cidades: “As

idades pequenas e médias tornam-se dependências, semi-colônias da metrópole.” (LEFEBVRE – 1999).

A pesquisa destaca que o modo produção capitalista, baseado nas atuais vertentes doutrinárias, se mostra incapaz de solucionar ou amenizar os problemas sociais locais e regionais. Por outro lado, o Estado não consegue diminuir efetivamente os desníveis sócio-econômicos regionais, pois faltam ao mesmo os instrumentos de intervenção que possam diminuir os efeitos concentradores de renda promovidos pela expansão desenfreada do capital sob controle privado.

Observa-se também que o crescimento da região apresenta-se irregular, coexistindo áreas desprovidas de ações efetivas tanto do setor público quanto privado, e áreas que se apresentam privilegiadas por tais investimentos. Esse fenômeno causa o crescimento desarticulado e descontínuo, comprometendo a qualidade de vida da população em várias localidades. Não se observou, durante a análise histórica da região, a efetivação de política de integração voltada a mesorregião em questão, sendo as intervenções pontuais e esparsas, culminando no processo de concentração regional e desvalorização e esquecimento de diversas áreas periféricas.

Como as Cidades e os Lugares Morrem:

Existem muitas formas de assassinar uma cidade, um lugar, uma região. A mais conhecida e divulgada é pelo **esvaziamento econômico**, a morte dos meios de produção que é decretada pelos interesses do grande capital, quando o lócus não mais apresenta as condições atraentes para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A ação pontual do capitalismo privado concentra suas atividades em determinado local e período para seu desenvolvimento. E assim tem sido desde o capitalismo mercantil até a sociedade pós-moderna, uma sucessão contínua de nascimento, desenvolvimento e morte dos lugares ao sabor do fluxo do capital. Às cidades e lugares que morrem são imputadas todas as culpas do fenômeno do **topocídio**, a morte do lugar, não tendo estes a competência para atrair o capital, ou seja, fazer concessões ao capital em prejuízo da classe trabalhadora.

O papel do Estado cresce no século XX, depois de muitas lutas do proletariado no século anterior, com o socialismo real e mesmo no capitalismo keynesiano, mas o poder do capital privado ainda se faz sentir vigorosamente através da santificação da propriedade privada nos meios de produção, institucionalizando o roubo e expropriação às classes proletárias (Proudhon, 1998). As cidades pioneiras do renascimento entram em declínio, pois o fluxo do capital se desloca para a Ibéria e depois para os Países Baixos a custa da intensa exploração escravista da América. Com a Revolução Industrial, as cidades inglesas do carvão se tornam a “oficina do mundo” e o inferno para os operários submetidos às condições subumanas de trabalho e de vida. A II Revolução Industrial decreta a morte econômica das cidades do carvão e o nascimento das cidades do automóvel concentradas inicialmente nos países centrais. Quando em meados do século XX, os interesses do capital se voltam para o processo de desconcentração industrial, os países periféricos, principalmente da América Latina são alvos da nova expansão do capitalismo. A procura de condições ideais para a reprodução do capital no processo produtivo é incessante, sendo que alguns países do extremo oriente agora são eleitos para a ação do capital. A sociedade pós-moderna se revela tão excludente e discriminatória quanto os períodos das primeiras ondas cíclicas do capitalismo (Kondratief).

Mas, além do esvaziamento econômico, existem outras formas nas quais as cidades e lugares são mortos. Existe o **aniquilamento total**, a destruição material e humana do lugar, representada dramaticamente pelos conflitos armados entre as nações ou por catástrofes naturais. Os exemplos de Pompéia, Herculano, Hiroshima e Nagasaki mostraram como a civilização pode alcançar o poder na natureza para a autodestruição. O equilíbrio do terror nuclear durante a Guerra-fria representou a suprema ameaça de extinção da vida na Terra, fato que poderia determinar a morte planetária ou, pelo menos, da maior parte de suas espécies.

Outras categorias ou formas de topocídio seriam aquelas referentes às ações humanas além da econômica e não excluindo esta. Os conflitos sociais que geram as **cidades do medo** são tão freqüentes nesse início do século XXI que chegam a assolar os continentes atingidos pela intensa urbanização desordenada. As degradações das condições naturais causadas pela sociedade humana aos lugares e cidades podem causar os **ambientes**

degradados, onde as condições sociais acompanham as naturais em grau de deterioração. Também existe uma forma sutil de topocídio, referente ao **colonialismo cultural**, onde os lugares são descaracterizados culturalmente, perdendo sua identidade própria em favor de uma cultura externa imposta pelo poder econômico e militar.

As **cidades do medo** se apresentam como uma constante na modernidade, uma sociedade cada vez mais desigual e egocêntrica e cada vez menos igualitária e solidária. O 11 de setembro de 2001 inaugurou a “era do terror” segundo alguns cientistas sociais. Mas, há muito tempo o clima de violência tem sido uma constante na história humana intercalado pela **pax** do vencedor, do dominador. As cidades criadas pela Revolução Industrial impuseram a exploração e a repressão aos proletários e também serviram de teatros para a desarticulação das classes oprimidas com a finalidade de eternizar o domínio das classes dominantes detentoras do poder econômico. Para desarticular a classe trabalhadora nada mais útil do que açodiar a insegurança pública e o individualismo do capitalismo de consumo. A ausência do Estado em suas funções vitais, provendo os cidadãos dos serviços públicos essenciais, ativa um poderoso efeito desagregador da comunidade urbana abrindo espaço para as atividades ilegais geradoras da violência urbana.

Os **ambientes degradados** em termos naturais e humanos, fruto do avanço da civilização sobre os recursos naturais cada vez mais escassos, a fim de manter o moderno padrão de consumo, eclodem por toda a superfície do planeta marcando cicatrizes já perceptíveis do espaço em órbita da Terra, tamanha é sua magnitude. Para Mark Davis, o **ecocídio** é fortemente evidenciado no território norte-americano e da antiga União Soviética oriundo dos testes de armamentos químicos e nucleares em áreas pouco povoadas, mas que até hoje sofrem os efeitos nocivos dessas atividades. Foram enormes os custos ecológicos e humanos da Guerra-fria. No rescaldo do conflito Leste-Oeste, os acidentes com usinas nucleares como o mais grave deles – Chernobyl – deixaram seqüelas tão fortes como no caso dos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki. As cidades se tornam, cada vez mais, em ambientes artificiais, adaptados às preferências e exigências do homem civilizado. Esta transformação tem um alto custo no que tange ao consumo de recursos naturais, muitos deles não-renováveis como os combustíveis fósseis. A sociedade do desenvolvimento sustentável, das fontes de energias alternativas,

limpas e renováveis, ainda é uma utopia perdida em um futuro imprevisível frente aos imperativos da economia de mercado, do lucro imediato, concentradora de renda e disseminadora de pobreza.

Os desequilíbrios ecológicos e sociais também trazem de volta o tempo das grandes epidemias que assolavam as populações dos séculos passados. Mark Davis relata um trabalho de um epidemiologista e uma ecologista no qual discriminam com exatidão as inter-relações entre as políticas administrativas municipais de Nova York e os surtos epidêmicos de tuberculose e AIDS nos anos 80. Com as políticas neoliberais de enfraquecimento das instituições assistenciais nos governos republicanos de Nixon e Ford nos anos 70 e sua continuidade pelos governos Reagan e Bush nos anos 80 foram responsáveis, em nível municipal, na gestão dos prefeitos Koch e Giuliani, na operação “desmonte” de serviços urbanos essenciais como o de bombeiros nas áreas mais pobres do Bronx, Brooklyn e Harlem, que foram reduzidos em grande número o seu efetivo. Os freqüentes incêndios dos anos 70 e 80, acidentais ou criminosos, causaram a total degradação desses bairros: “Os incêndios destruíram redes sociais vitais ancoradas nos bairros, além de casas. Depois deles, o número de sem-teto e de violência nas ruas cresceu a níveis que não eram vistos desde a Depressão.” (Davis, p. 449). Segundo Davis, para os pesquisadores, a elevada incidência de tuberculose e AIDS dos anos 80 em Nova York tem relação direta com a política do “Estado Mínimo” para os pobres, aplicada por governantes neo-conservadores. O aumento considerável de usuários de drogas injetáveis dos anos 70 e 80 nas áreas degradadas, antes restritos a nódulos pontuais da cidade, se revelaram um poderoso agente de disseminação das epidemias. As cidades, ou partes delas, podem ser mortas pela própria ação governamental.

A morte cultural da cidade vem sendo acelerada através da cultura de massa dos tempos modernos emitida pelo modelo do *american way of life*, muito mais poderoso do que a imposição cultural dos impérios do passado. O modo de vida estadunidense, sua música, seu idioma, seus costumes e hábitos de consumo pasteurizam as culturas nacionais moldando-as à ordem dominante. Em escala regional, o fenômeno também é observado, mesmo no espaço interno dos países centrais. O avanço da especulação imobiliária na ilha de Manhattan, por exemplo, desaloja os antigos moradores do histórico bairro do Harlem, celeiro da cultura negra americana, enviando-os para as

áreas periféricas mais distantes. Os tradicionais ritmos afro-americanos vindos de Nova Orleans e Chicago encontraram grande acolhimento e divulgação mundial nas casas noturnas do Harlem nas primeiras décadas do século XX, assim como a música *gospel* dos cultos religiosos. Os novos centros comerciais implantados no bairro descaracterizaram suas tradicionais feições, tornando aquela área urbana um lugar comum, igualmente aos outros núcleos comerciais da cidade, tudo isso em nome de uma revitalização econômica.

A imposição da uniformidade cultural, portanto, pode atingir também a própria diversidade das nações dominantes e retratam mais do que qualquer coisa, o meio efetivo de como o sistema dominante utiliza determinados padrões culturais para viabilizar a ação colonialista e imperialista.

As cidades mortas apresentam a tendência de se multiplicarem, cada vez mais, seja por um ou mais motivos. Segundo dados históricos, a corrida do ouro nos EUA deixou para trás, após o esgotamento das jazidas, mais de 6 mil cidades fantasmas, muitas delas remanescentes nos dias de hoje. Atualmente registram-se mais de mil cidades fantasmas no território estadunidense, oriundas da estagnação econômica nas regiões das indústrias metalúrgicas e automobilísticas, que perderam grande parte dos empregos, transferidos para o extremo oriente asiático, nas plataformas de exportação das multinacionais do setor.

A morte das cidades no Brasil foi observada ao longo dos ciclos econômicos, principalmente o do ouro e do café como ficou bem evidenciado na obra de Monteiro Lobato. Por um lado, propiciou a conservação do patrimônio arquitetônico e imaterial pela população sobrevivente. Por outro, decretou a partida de intensos fluxos migratórios para outras regiões a procura das “oportunidades” de inserção no mercado de trabalho.

No Brasil, a ação extremamente concentrada do capital, tem privilegiado o crescimento dos centros regionais representados pelas cidades médias, em detrimento das pequenas cidades que, paulatinamente, vêm perdendo economia e população nas últimas décadas, com exceção talvez da frente pioneira da soja e pecuária no centro-oeste. Este último exemplo, contudo, ocorre à custa de um avanço predatório sobre o cerrado e da Floresta Amazônica, prejudicando e desarticulando as comunidades dos povos da floresta e das reservas indígenas.

Na lógica da economia de mercado, não há espaço para um efetivo planejamento territorial com o objetivo de diminuir as disparidades do desenvolvimento econômico. Somente um Estado forte no sentido de administrar políticas sociais e reformas de base com poderes de interferir a estrutura social do país pode alterar, substancialmente, a perversa oscilação do sistema capitalista, no qual os períodos de retração econômica são sustentados pela classe proletária, através do arrocho salarial, desemprego e supressão dos direitos trabalhistas conquistados depois de tantas lutas.

Conclusões:

Dentro de tal perspectiva, as “Cidades Mortas” continuaram morrendo, esquecidas ou deixadas de lado estrategicamente pelo capital privado e pelo Estado. Para o capitalismo corporativo neoliberal, as “cidades mortas” atendem a duas premissas importantes: Sua população responde a constituição de um “Exército de Reserva” necessário à manutenção do sistema produtivo; Áreas de possível expansão dos fluxos de capital tendo em vista a necessidade, dentro do modo produção capitalista, de manancial do “espaço de reserva” onde a ação do capital pode contar com menores resistências ao seu desenvolvimento, atendendo o fenômeno da desconcentração espacial das atividades econômicas.

É certo que no caso da Zona da Mata Mineira o processo de industrialização se concentrou na cidade de Juiz de Fora desde as últimas décadas do século XIX em detrimento de outras cidades da região como Matias Barbosa, Simão Pereira, Rio Pomba, Visconde do Rio Branco, São João Nepomuceno, Leopoldina, Cataguases, entre outras, que ocuparam um importante papel no período áureo do Café e, que umas mais outras menos, entraram num período de decadência e esvaziamento econômico.

Bibliografia

AFFONSO DE PAULA, R.Z. *Percalços da Industrialização: o caso de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado)*, Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no Século XIX, Espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Meio Ambiente e a Metrópole*. . In: **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

DAVIS, Mark. **Cidades Mortas**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2007.

PROUDOHN, Pierre Joseph. **A Propriedade é um Roubo**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. Editora Brasiliense; *São Paulo – 1950*.

_____. **CAFÉ! CAFÉ!**; Editora Brasiliense; *São Paulo – 1950*.

PIRES, A. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata - 1889/1930*. **Tese de Doutorado** – USP – 2004.

SANTOS, Milton, **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Espaço e Método**. 3ª edição, São Paulo, Nobel, 1992.

_____. “Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional” in **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**, Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.